

necessidade de fortalecer ali o absolutismo momentânea e aparentemente derrotado mas não derrocado: as revoluções que param no meio da jornada retrocedem sempre.

Para o desenvolvimento da imprensa brasileira, o movimento de 1820 teve conseqüências favoráveis. Foi em função delas que o processo da Independência prosseguiu, mudando a sua qualidade mas encontrando um mínimo de imprensa para nele influir. A confusão que se apresenta nessa imprensa é a do quadro político, quando os dois problemas se confundem, o da liberdade e o da Independência. Tomam assento nas Cortes lisboetas republicanos de 1817, como José Martiniano de Alencar, o padre Virgínio Rodrigues Campelo e monsenhor Francisco Muniz Tavares, seu futuro historiador; Antônio Carlos, mal saído dos cárceres da Bahia, onde penara pelo crime de rebeldia contra o poder real; Cipriano Barata, agitador já envolvido com conspirações e pregações; o padre Agostinho Gomes, suspeito, como Barata, de cumplicidade no movimento baiano de 1798 — homens da esquerda brasileira do tempo, que colocavam o problema da liberdade em primazia e que viram na situação portuguesa perspectivas de avanço, quando se dirigiram a Lisboa. “O ano de 1821 foi denominado em nossa história política com acerto como o do constitucionalismo português”, escreveu um historiador⁽²⁵⁾. E isso apesar da posição contrastante da maioria da representação brasileira e de figuras como a de José da Silva Lisboa a que, pouco antes, em 1818, se devera a condenação do movimento de independência das colônias inglesas da América do Norte, para ele “hórrido parricídio nacional de infieis vassalos e filhos desnaturados”⁽²⁶⁾.

Quando ocorreu o movimento constitucionalista, circulavam no Brasil apenas a insípida *Gazeta do Rio de Janeiro*, redigida ainda por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães — que a deixaria em julho de 1821 — a *Idade de Ouro do Brasil*, na Bahia, redigida pelos portugueses Diogo Soares da Silva de Bivar e padre Inácio José de Macedo, periódicos típicos da imprensa áulica. O *Patriota* havia desaparecido em 1814. A censura era implacável. Sob a sua férula, apareceram, em 1821, antes que o movimento português dispusesse sobre a liberdade de imprensa e, portanto, integrando a imprensa áulica, o *Semanário Cívico*, que começou a circular, na Bahia, a 1º de março daquele ano, fundado e dirigido pelo comerciante luso José da Silva Maia, fazendo coro com a *Idade de Ouro do Brasil* e merecendo o apelido de “semanário cínico” que lhe puseram os baianos; a *Minerva Bra-*

(25) Otávio Tarquínio de Sousa: *Fatos e Personagens em Torno de um Regime*, Rio, 1957, pág. 81.

(26) José da Silva Lisboa: *Memórias dos Benefícios Políticos do Governo de El Rei Nosso Senhor D. João VI*, Rio, 1818, pág. 43.